

## Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 10/11/2015

- [Força crescente do El Niño ameaça a vida de crianças, alerta Unicef](#)
- [China terá mais 3 milhões de bebês por ano com fim da política de filho único](#)
- [Estudo mostra que 65% das detentas gestantes poderiam ficar em prisão domiciliar](#)
- [Comissão aprova ampliação da faixa etária da educação escolar obrigatória no ECA](#)
- [Discussão de questão de gênero nas escolas não contraria PNE, diz secretário de Educação](#)
- [Outras crianças estão expostas a tragédias nos trilhos do metrô](#)
- [Ministério da Saúde divulga protocolo para atendimento de bebês com microencefalia](#)

**Assunto: Força crescente do El Niño ameaça a vida de crianças, alerta Unicef**

**Fonte:** Agência Brasil EBC

**Data:** 10/11/2015



O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) estimou hoje (10) que 11 milhões de crianças estejam em risco de fome, doenças e falta de água na África Oriental e Austral em consequência da força crescente do fenômeno meteorológico conhecido por El Niño.

Segundo o Unicef, o El Niño também provoca secas e cheias em partes da Ásia, da região do Pacífico e da América Latina.

O fenômeno é um padrão climático ligado ao aquecimento das águas de superfície do Oceano Pacífico, que pode ter efeito profundo em todo o mundo.

As manifestações do El Niño tendem a ocorrer com uma periodicidade que varia entre dois e sete anos.

"As consequências poderão ter efeito cascata sobre várias gerações, a menos que as comunidades afetadas recebam apoio para lidar com a quebra das colheitas e a falta de acesso à água potável, que deixam as crianças malnutridas e em risco diante das doenças que matam", alertou o Unicef.

De acordo com o fundo, o El Niño pode levar a um aumento significativo de doenças como a malária, a dengue, a diarreia e o cólera – doenças que estão entre as principais causas de morte infantil.

"Quando as condições meteorológicas extremas privam as comunidades do seu modo de vida, as crianças mais novas sofrem muitas vezes de subnutrição, o que as deixa ainda mais expostas ao risco de adoecer, sofrer atrasos no desenvolvimento cognitivo e morrer prematuramente", diz a organização.

“As crianças e as comunidades em que elas se inserem precisam da nossa ajuda para se recuperar do impacto do El Niño e se preparar para os estragos que o fenômeno pode desencadear,” considerou o diretor executivo do Unicef, Anthony Lake. Ele lembrou que a intensidade e o potencial de destruição do El Niño podem representar um alerta.

"Ao procederem à discussão de um acordo para limitar o aquecimento global, devem lembrar-se de que o futuro das crianças de hoje e o do planeta que elas vão herdar está em causa", destacou Lake.

Os líderes mundiais vão se reunir em Paris na 21ª Conferência das Nações Unidas sobre o Clima, também conhecida como COP21, de 30 de novembro a 11 de dezembro próximos.

O objetivo do encontro é alcançar um acordo para limitar o aquecimento global mediante a redução das emissões dos gases de efeito estufa.

As ocorrências do El Niño não são causadas pelas alterações climáticas, mas os cientistas acreditam que elas estão se tornando mais intensas em consequência das alterações climáticas.

Muitos países que estão agora sofrendo os efeitos do El Niño são aqueles que enfrentam a mais grave ameaça por causa das alterações climáticas. Muitas das áreas afetadas têm também elevados níveis de pobreza.

Segundo especialistas, é provável que o fenômeno meteorológico, um dos mais fortes que tem sido registrado, venha a causar mais cheias e secas, a alimentar tufões e ciclones no Pacífico e a afetar mais áreas se continuar a ganhar força, como indicam as previsões para os próximos meses.

A Somália, Etiópia, Indonésia, as nações do Pacífico, a Guatemala, Honduras, El Salvador, o Peru e o Equador são alguns dos países e regiões afetados pelo El Niño.

**Assunto: China terá mais 3 milhões de bebês por ano com fim da política de filho único**

**Fonte: Agência Brasil EBC**

**Data: 10/11/2015**



O vice-ministro da Comissão Nacional da Saúde e Planejamento Familiar chinês, Wang Peina, estimou hoje (10) em mais de 3 milhões os bebês que nascerão anualmente na China depois da abolição da política de "um casal, um filho".

A medida, anunciada no mês passado pelo Comitê Central do Partido Comunista Chinês, visa a conter a crescente pressão na economia imposta pelo rápido envelhecimento da sociedade.

Trata-se de uma ampliação de flexibilização da política de filho único, iniciada em 2014 e que permitia aos casais em que ambos os cônjuges são filhos únicos ter uma segunda criança.

Mais 90 milhões de mulheres ficam assim autorizadas a ter um segundo filho, mas cerca de metade tem de 40 a 49 anos, o que poderá "constituir um limite ao seu desejo ou capacidade de ter outra criança", lembrou Wang. Algumas poderão se sentir "relutantes", enquanto outras "não estarão aptas a dar à luz", acrescentou.

Em Pequim, apenas 10% dos casais se inscreveram para ter um segundo filho, desde que, no ano passado, o governo chinês decidiu aliviar a política, imposta em 1980.

No total, até 2050, a abolição poderá acrescentar 30 milhões de pessoas à população em idade ativa, afirmou o vice-ministro.

"A curto prazo, a política de dois filhos por casal irá guiar o consumo de habitação, educação, saúde, economia doméstica e as necessidades do dia a dia, estimular o investimento em setores relacionados e aumentar a oferta de emprego".

Wang disse ainda que a medida deverá resultar em um aumento de 0,5% na taxa de crescimento econômico.

Pelas contas do governo, sem a política de "um casal, um filho", em vez de cerca de 1,35 bilhão de habitantes, a China teria hoje quase 1,7 bilhão.

Desde a implementação da política "um casal, um filho", os hospitais do país fizeram 336 milhões de abortos e 196 milhões de esterilizações, segundo dados oficiais chineses.

Para o governo, a política de filho único constitui um mal necessário, permitindo o aumento do Produto Interno Bruto *per capita*, da esperança média de vida (agora em 75 anos) ou do nível de escolaridade da população.

**Assunto: Estudo mostra que 65% das detentas gestantes poderiam ficar em prisão domiciliar**

**Fonte:** Agência Brasil EBC

**Data:** 10/11/2015



Uma pesquisa feita em presídios de todas as capitais brasileiras e regiões metropolitanas que recebem mães com filhos pequenos mostra que 65% das gestantes condenadas poderiam cumprir prisão domiciliar, por ter cometido crimes de menor poder ofensivo, como porte de drogas e pequenos furtos, e serem presas provisórias.

O estudo Saúde Materno-Infantil nos Presídios, feito pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz entre fevereiro de 2012 a outubro de 2014, foi apresentado hoje (9) durante audiência pública conjunta das comissões de Defesa dos Direitos da Mulher e de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).

Segundo a coordenadora da pesquisa, Maria do Carmo Leal, a lei garante que a mulher grávida não fique presa provisoriamente. “O próprio Estado brasileiro permite, já decidiu legalmente que essa mulher não deve ir para o presídio porque está grávida e é provisória. Mas elas são presas e estão lá.”

Foram entrevistadas 447 presas, que avaliaram questões relacionadas à saúde, a fatores psicossociais tanto das mulheres quanto dos agentes penitenciários, à parte jurídica e à ambiência. Para Maria do Carmo, as mulheres encarceradas constituem um grupo socialmente marginalizado e suas crianças também têm os direitos fundamentais violados. “Essa vulnerabilidade se amplia com o encarceramento ligado à maternidade e ao nascimento de um filho. É uma situação completamente diferente, pois é uma criança que nasce presa, literalmente, e tem uma série de condições a que ela, como cidadã, teria direito e não tem. Ela tem a decisão sobre sua vida ligada a juízes, e não à decisão materna”, afirmou a pesquisadora.

Maria do Carmo cita o caso da França, onde as mães presidiárias ficam sob responsabilidade do Judiciário e seus filhos recebem o tratamento adequado nas áreas social e de saúde. “Ele [criança] é um cidadão livre. A mãe tem a decisão sobre a criança, pode chamar a família para levá-la para passear. Ou a própria prisão leva para passear, brincar. É um exemplo de cidadania que poderíamos copiar.”

### **Maioria chega grávida ao presídio**

A pesquisadora contesta a ideia de que as mulheres engravidam na prisão para ter algum benefício, como comida de melhor qualidade e acomodação menos aglomerada, já que o estudo indica que 90% delas chegam grávidas ao sistema prisional. Maria do Carmo defende que a realização de um teste de gravidez quando a mulher é presa, para que ela possa ter a assistência pré-natal adequada – 11% das entrevistadas não fizeram nenhuma consulta e as que fizeram começaram a acompanhar tardiamente a gravidez. “Isso permitiria que elas

tivessem uma excelente assistência pré-natal. Se, ao chegar, fizesse um exame de saúde que incluísse o teste de gravidez, poderia ter uma assistência pré-natal maravilhosa, que a protegeria de complicações, de doenças que poderiam ser evitadas.”

Outros dados da pesquisa mostram que 40% das presas gestantes têm mais de quatro filhos, boa parte tem histórico grande de aborto, perdas fetais e óbitos neonatais. “São mulheres marcadas por perdas também de filhos”, ressaltou Maria do Carmo. A maioria não desejava a gravidez, 5% tentaram fazer aborto e 50% tiveram depressão pós-parto, números que, segundo a pesquisadora, nunca tinham sido vistos em outros estudos.

O uso de bebida alcoólica, cigarro e drogas durante a gravidez entre as presas é mais frequente do que no grupo geral das mulheres; somente 3% tiveram acompanhamento durante o parto; 40% não receberam nenhuma visita durante a gravidez e apenas 10% das famílias foram avisadas quando a presa entrou em trabalho de parto. Do total de entrevistadas, 15% disseram ter sofrido algum tipo de violência verbal ou psicológica na maternidade pelos profissionais de saúde ou agentes penitenciários e 35% estiveram algemadas durante a internação. Todas elas voltaram para a prisão algemadas e com a criança no colo.

Durante a audiência, os deputados Enfermeira Rejane (PCdoB) e Marcelo Freixo (PSOL), presidentes das comissões que organizaram o debate, anunciaram o envio de um projeto de lei para estabelecer que o documento do auto de flagrante tenha um campo para identificar se a mulher presa está grávida ou teve bebê há pouco tempo. Outro projeto, já em tramitação na Alerj, proíbe o uso de algemas durante o trabalho de parto e na recuperação após o nascimento do bebê.

Em visita feita sexta-feira (6) ao presídio feminino que abriga mães presas, Talavera Bruce, no Complexo de Gericinó, as comissões constataram falta de assistentes sociais, de defensores públicos e de material de higiene, além de infraestrutura precária, com infiltrações e paredes descascadas.

Freixo anunciou que vai pedir a juízes da Vara de Execuções Penais que façam uma visita ao presídio para verificar a situação das mulheres que nunca foram apresentadas a um juiz, nem julgadas e, portanto, não deveriam estar presas.

Foi no Tavalera Bruce que uma presa deu à luz sozinha, na solitária, no mês passado. Depois da notícia ser divulgada, a diretora do presídio, Andreia Oliveira foi afastada provisoriamente.

**Assunto: Comissão aprova ampliação da faixa etária da educação escolar obrigatória no ECA**

**Fonte:** Agência Câmara

**Data:** 10/11/2015



Objetivo é adequar estatuto à emenda constitucional que já estabeleceu obrigatoriedade da educação básica gratuita dos 4 aos 17 anos de idade

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 8291/14, da ex-deputada Iara Bernardi e da deputada Margarida Salomão (PT-MG), que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) para ampliar a faixa etária da educação escolar obrigatória. Conforme o texto, será dever do Estado assegurar a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, organizada da seguinte forma: pré-escola; ensino fundamental; ensino médio.



**Pedro Uczai: "A proposta restabelece a coerência entre os dispositivos do ECA e o ordenamento jurídico da educação brasileira."**

A proposta também determina que a educação infantil será gratuita às crianças de até 5 anos de idade; e prevê o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

O objetivo do texto é adequar o estatuto às mudanças introduzidas na Constituição pela Emenda Constitucional 59/09. A emenda estabeleceu a obrigatoriedade da educação básica gratuita dos 4 aos 17 anos de idade e também ampliou os programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, que passaram a cobrir todas as etapas da educação básica. As autoras destacam que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB- Lei 9.394/96) também já foi alterada para se adaptar à mudança na Constituição.

Atualmente, o ECA prevê que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: ensino fundamental (6 a 14 anos), obrigatório e gratuito; progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; e atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 6 anos de idade, sem deixar claro que esse atendimento será gratuito. O ECA também só prevê programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde no ensino fundamental.

O parecer do relator, deputado Pedro Uczai (PT-SC), foi favorável à proposta, com emenda. "A proposta é meritória e bem-vinda, pois restabelece a coerência entre os dispositivos do ECA e o ordenamento jurídico da educação brasileira", disse.

A emenda diz que competirá ao Poder Público recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar. O projeto original determina que caberá ao Poder Público recensear os educandos da educação básica. “Propomos adotar a mesma terminologia utilizada na LDB”, explica o relator.

### **Tramitação**

A proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

**Assunto: Discussão de questão de gênero nas escolas não contraria PNE, diz secretário de Educação**

**Fonte:** Agência Câmara

**Data:** 10/11/2015



O secretário de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, Paulo Gabriel Nacif, afirmou que a discussão da questão de gênero nas escolas não contraria o Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/14), aprovado pelo Congresso Nacional.

Ele participa de audiência pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados sobre a inclusão da "ideologia de gênero e orientação sexual" entre as diretrizes da Conferência Nacional de Educação de 2014. Os deputados que solicitaram a audiência argumentam que essa diretriz contraria decisão do Congresso, que, ao analisar o PNE, retirou a questão de gênero e orientação sexual do texto, por considerá-la inadequada ao ambiente escolar.

Conforme o secretário, o ministério segue integralmente o plano. “O PNE estabelece a erradicação de todas as formas de discriminação entre suas metas e estratégias”, salientou. Ele ressaltou ainda que as ações de educação para o combate à violência contra a mulher estão previstas também na Lei Maria da Penha (11.340/06).

“Não desconhecemos que os deputados excluam a questão de gênero e orientação sexual do PNE, mas entendemos que o objetivo foi coibir os excessos. A escola tem que ser acolhedora das diversidades. Esses assuntos devem ser discutido a luz de conhecimentos científicos e éticos. É importante que a escola aborde todas as formas de preconceito - contra gênero, raça, religiões, deficiências, entre outras”, disse. “Orientar os professores a respeitar diversidade de gênero não significar estimular jovens a ter esta ou aquela sexualidade”, acrescentou. De acordo com ele, há mecanismos na legislação para coibir abusos dos professores nesse sentido, e eventuais abusos devem ser denunciados.

O secretário destacou ainda não é o Poder Executivo que escolhe unilateralmente as diretrizes curriculares, o conteúdo dos livros didáticos ou que determina os cursos de formação continuada dos professores. De acordo com o secretário, há atuação de estados e municípios e de órgãos vinculados que fazem parte do ordenamento jurídico da educação brasileira, como o Conselho Nacional de Educação e do Fórum Nacional de Educação. “Tudo isso foi moldado por leis estabelecidas pelo Congresso Nacional”, observou. Ele acrescentou ainda que a legislação também prevê a realização da Conferência Nacional de Educação.

**Assunto: Outras crianças estão expostas a tragédias nos trilhos do metrô**

**Fonte: Jornal do Comércio de PE**

**Data: 10/11/2015**

**jornal do  commercio**

Muros baixos, cheios de buraco ou sem placas de concreto facilitam acesso da comunidade às estações.



**Arame farpado de improviso para dificultar acesso da comunidade aos trilhos da Joana Bezerra**

Andar ao longo dos 39,5 quilômetros de trilhos do metrô do Recife é ter a sensação de que casos como a morte do garoto Max Mateus Antônio do Nascimento, 11 anos, ocorrida no último sábado, podem se repetir a qualquer momento. Max foi atingido por um trem quando tentava resgatar uma pipa que tinha caído na linha férrea, na Comunidade do Coque, Ilha Joana Bezerra, área central da cidade. Pulou com facilidade um trecho danificado do muro que separa a comunidade da área dos trilhos e foi atropelado pela composição, por volta das 18h. O garoto faleceu pouco tempo após dar entrada no Hospital da Restauração, no bairro do Derby, também na área central. De acordo com o Instituto de Medicina Legal (IML), a causa da morte foi traumatismo craniano. O caso será investigado pela Delegacia da Ilha Joana Bezerra.

Nesta segunda, no primeiro dia útil após a tragédia, o intervalo entre os trens subiu de cinco para oito minutos, por causa da depredação de três vagões, promovida pela comunidade, na manhã de domingo. Já na manhã de ontem, em vários trechos da linha Centro, havia muitos Max em potencial. Eram crianças e jovens teimando em se equilibrar sobre os muros da linha férrea, alguns empinando pipa, outros sumindo na área de circulação dos trens.

O estado de conservação dos muros é o maior convite às peripécias dos jovens. Em vários pontos da Linha Centro – que liga a área central do Recife aos municípios de Jaboatão dos Guararapes e Camaragibe – é possível ver placas de concreto derrubadas e ausência de arame farpado. No local onde ocorreu o acidente com Max, os buracos no muro foram tapados com arame farpado por funcionários do Metrô do Recife (Metrorec). Mas nas proximidades da Estação Mangueira, no bairro de mesmo nome, Zona Oeste da cidade, há vários trechos onde

o muro não tem mais de 1,5 metro de altura. Na Estação Santa Luzia, no bairro da Estância, também na Zona Oeste, o mesmo problema. Não poderia haver contraste maior com as diversas placas ao longo da linha que dizem “Perigo. Alta tensão. Não pular o muro”.

“Os mais novos pulam aí dentro para brincar mesmo. Mas os adolescentes e os mais velhos vão consumir drogas, todo mundo sabe disso”, relata o vendedor Janaildo Guimarães, que trabalha nas proximidades da Estação Ipiranga, no bairro de Afogados. No Coque, a comunidade alega que as placas de concreto dos muros estão caindo sobre as pessoas. Em março, um garoto de 10 anos, amigo de Max Mateus, foi atingido por um bloco de concreto que caiu, enquanto brincava na área da linha férrea. Desde então, está sobre uma cadeira de rodas, lutando para recuperar os movimentos da perna. “O Metrô nunca nos procurou para saber se precisávamos de algo”, lamenta a doméstica Sandra Barbosa, mãe do menino.

Em nota, a assessoria do Metrorec negou que os muros apresentem problemas e criticou a população que vive no entorno das linhas do metrô. “Existem inspeções periódicas no local. Assim que são detectadas quaisquer avarias nos muros, as equipes tentam sanar os problemas. Mas infelizmente, em várias áreas as pessoas derrubam insistentemente as placas e, devido à grande extensão da via, é impossível impedir essa atitude.”

O posicionamento do Metrorec em relação à situação dos muros e diante do acidente era citado como motivo de revolta entre familiares e amigos que compareceram ao enterro de Max, no Cemitério de Santo Amaro, área central do Recife. “Não foi o primeiro acidente. Tinham que ter tomado providências quando ocorreu o primeiro, mas em vez de trocarem as placas (elas têm mais de 20 anos) colocaram apenas arame farpado”, criticou, consternado, o estudante Jackson Nascimento, 17, que tocava alfaia com Max no Grupo Nação de Oxalá. O grupo acompanhou o cortejo, tocando o maracatu de que o garoto tanto gostava.

O estudante Luiz Carlos Silva, 16, também faz parte do Nação. “Meu irmão estava com Max no momento do acidente. Ele não aguentou vir, está dopado, mas conta que o maquinista só buzinou depois de ter atropelado o menino. Ele era bom, esperto, não era de bagunça”, declarou. O pai de Max, Antônio Joaquim do Nascimento, 69, desmaiou no velório e não acompanhou o enterro. A mãe, Nair Coelho, 48, precisou ser amparada o tempo todo. Muitas crianças estavam em prantos. “Não tivemos qualquer assistência por parte do metrô, uma vizinha, Gracy Almeida, nos ajudou. Estão tentando se eximir da responsabilidade, mas várias testemunhas viram o que aconteceu”, protesta o barbeiro Wagner Gomes, 28, cunhado de Max.

**Assunto: Ministério da Saúde divulga protocolo para atendimento de bebês com microcefalia**

**Fonte:** Diário de PE

**Data:** 10/11/2015



Medida acontece diante do aumento das ocorrências no estado. Sé este ano já foram registrados 90 casos, número dez vezes maior que a média anual

O protocolo clínico de atendimento para profissionais que lidam com bebês nascidos com microcefalia, que teve o lançamento adiado na última sexta-feira, deverá ser divulgado nesta terça. A ação pretende orientar os profissionais sobre como receber e atender os pacientes com a anomalia congênita devido ao aumento surpreendente das ocorrências no estado. Somente este ano, já foram registrados 90 nascimentos, número dez vezes maior que a média anual.

O protocolo está sendo desenvolvido com o apoio de uma equipe de especialistas do Ministério da Saúde, que está na capital para investigar diretamente nas unidades de saúde. O grupo ainda desenvolverá um protocolo de investigação epidemiológica para determinar os motivos do aumento de casos.

O documento é voltado para infectologistas, pediatras, neurologistas, técnicos de laboratório, entre outros profissionais. Além das equipes da Secretaria Estadual de Saúde e do Ministério da Saúde, profissionais da Universidade Federal de Pernambuco, do Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães e da FioCruz também participam da força-tarefa.

### **Microcefalia**

A microcefalia é uma condição neurológica que se caracteriza quando a cabeça do feto ou do bebê é menor do que a de outros com a mesma idade e sexo. A doença afeta diretamente o desenvolvimento cognitivo e motor dos pacientes por não permitir que o cérebro se desenvolva corretamente. Até o momento, no estado, ainda não há informações sobre mortes em virtude da microcefalia.

A maioria dos nascimentos foi registrada nos últimos três meses. Os casos se concentram no Hospital Barão de Lucena, no Instituto de Medicina Integral Fernando Figueira e no Hospital Universitário Oswaldo Cruz, no Recife. Foram essas unidades que notaram o aumento na incidência e acionaram a Secretaria Estadual de Saúde.

O Imip e o Huoc são considerados referência no tratamento. "Foi visto um padrão inicial e solicitamos a notificação imediata. Até então, através do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos, só tínhamos conhecimento de 22 casos. Com a notificação obrigatória através de fichas, ligações, formulários online e outros sistemas, o número subiu para 90", esclareceu a secretaria executiva de Vigilância em Saúde, Luciana Albuquerque.

### **Investigação**

O protocolo de investigação epidemiológica que deve apontar os motivos do aumento no índice ainda não tem previsão para ficar pronto. Especialistas do Ministério da Saúde estão investigando os prontuários e entrevistando as mães dos pacientes. "Montamos um Comitê de Operações de Emergência em Saúde, procedimento padrão devido ao evento inusitado. Nos reunimos quase diariamente.", complementou Luciana Albuquerque.

### **Situação incomum em Pernambuco**

Em condições normais, a microcefalia é causada, na maioria dos casos, por infecções congênitas, passadas de mãe para filho durante a gestação, como o citomegalovírus, a rubéola e a toxoplasmose. No entanto, em Pernambuco, a situação é diferente. "Notamos características peculiares nos achados da tomografia. Não foi nada relacionado aos tamanhos das cabeças, mas percebemos calcificações e lisencefalia (cérebro com aspecto liso) nos pacientes".

Apesar de não ser possível, por enquanto, definir as reais causas, algumas mães informaram ter apresentado exantema (manchas avermelhadas na pele) durante a gestação. O sintoma está diretamente relacionado à dengue, zika e chikungunya. "É irresponsável dizer que essas doenças são culpadas pela microcefalia. A dengue, inclusive, é a menos provável. Estamos investigando. Pelos achados da tomografia, realmente acreditamos que a causa seja infecciosa, mas é cedo para falar", concluiu a secretária de Vigilância em Saúde.